

nesta edição

2

Multilateralismo em crise: a agenda dos países emergentes para a OMC

8

Conjuntura

10

Quantificando as perdas das exportações brasileiras para países da América Latina

15

Comércio exterior como resposta à crise econômica

## Crise no multilateralismo comercial

A postura histórica do Brasil em priorizar o âmbito multilateral nas negociações internacionais tem enfrentado grande desafio com a queda no processo de liberalização das barreiras tarifárias e com a proliferação de acordos preferenciais de comércio. Essa dificuldade vem a exigir um maior engajamento brasileiro no comércio mundial, em sincronia com o crescimento da influência dos países emergentes internacionalmente.

O futuro do multilateralismo foi discutido no último Foro Público da OMC, que contou com um painel apoiado pela CNI com especialistas da África do Sul, China, Índia e Turquia. A comparação entre as visões de cada país para o sistema multilateral trouxe valiosas conclusões sobre importantes fatores domésticos e internacionais para os países emergentes e a possibilidade de se construir um "novo multilateralismo".

Página 02

## Exportações brasileiras perdem espaço na América Latina

Desde a crise de 2008, as exportações brasileiras de bens manufaturados vêm demonstrando queda no desempenho, indicando perda de competitividade da indústria nacional e uma incoerência no modelo de crescimento dentro desse cenário. Em especial, essa queda é mais evidente em relação aos países latino-americanos, como se pode perceber analisando a evolução das exportações brasileiras na América Latina.

Foram coletados dados das exportações para oito países da América do Sul e o México, que foram comparados com os de grandes competidores, como o próprio México, a China, a União Europeia, a Coreia do Sul e os Estados Unidos.

Página 10

### 15ª Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão

A Reunião será realizada pela CNI em parceria com a congênera japonesa, Nippon-Keidanren, nos dias 7 e 8 de novembro de 2012, em Tóquio. As discussões da agenda bilateral serão voltadas ao incremento dos fluxos comerciais e de investimento por meio dos temas: recursos naturais e energia, infraestrutura e finanças, inovação e tecnologia, e construção de uma sociedade sustentável: ambiente, eficiência energética e agricultura.

...

### I Fórum Empresarial Brasil-MERCOSUL

Promovido pela Presidência Pro-Tempore Brasileira do MERCOSUL, através do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do MRE, com patrocínio da CNI e Apex-Brasil, o evento acontecerá em Brasília no dia 7 de dezembro 2012.

Autoridades de Governo e líderes da indústria estarão reunidos a fim de promover maior envolvimento empresarial dos países do bloco nas discussões sobre a realidade, os desafios e os rumos do processo de integração. As discussões serão estruturadas em quatro eixos temáticos: Agronegócio; Energia; Inovação; e Infraestrutura e Logística.

## ● multilateralismo

# MULTILATERALISMO EM CRISE: A AGENDA DOS PAÍSES EMERGENTES PARA A OMC

Realizou-se, na última semana de setembro, o Foro Público da Organização Mundial do Comércio (OMC), que teve como tema central a pergunta “*Is multilateralism in crisis?*”. A escolha do tema central do Foro Público da OMC revela a preocupação da instituição com o seu futuro. De fato, o multilateralismo comercial vive um período de crise, cuja manifestação mais visível são os impasses da Rodada Doha, mas cujas raízes encontram-se nas profundas transformações em curso na economia e nos mecanismos de governança que regem as relações econômicas globais. Entre os principais vetores dessas transformações está a emergência de países em desenvolvimento, que passaram a ter influência crescente no comércio e nos foros de negociação comercial.

A influência dos países emergentes – individualmente ou em coalizões como os BRICS ou BASIC – está crescendo e as esferas de negociações econômicas internacionais precisam levar em consideração seus interesses. O futuro do multilateralismo

comercial será decisivamente influenciado pela atuação desses países. A indústria brasileira tem colocado a OMC no topo de suas prioridades na agenda de negociações comerciais internacionais. Para pensar o futuro da instituição é importante entender as agendas nacionais dos países emergentes e avaliar em que medida elas convergem ou divergem dos interesses brasileiros.

Para contribuir com a reflexão sobre esses temas, a CNI apoiou a realização de um painel no Foro Público da OMC sobre o tema “*Emerging powers, national interests and the future of multilateralism*”. O painel contou com especialistas da África do Sul, China, Índia e Turquia, além do Brasil<sup>1</sup>. No caso do Brasil, foi apresentado o relatório de uma força-tarefa organizada no primeiro semestre de 2012, reunindo especialistas brasileiros em comércio para elaborar o documento “O Brasil, o multilateralismo comercial e a OMC: uma perspectiva de médio prazo”<sup>2</sup>.

## As principais questões em debate

Apesar do crescente peso nos fluxos de comércio e de investimentos internacionais, os países emergentes têm mantido um tímido engajamento nos debates do futuro do multilateralismo e da governança do comércio global. Essa postura pode estar apoiada no fato de que esses países se consideram beneficiários do sistema multilateral de comércio, tal como ele está estruturado, e, portanto, teriam pouco interesse em reformas mais abrangentes. Outra hipótese é que esses países tenham receio de que uma reforma avançará na direção da redução dos seus espaços para implementar políticas domésticas de “fomento ao desenvolvimento”.

Em qualquer caso, esses países serão chamados a ampliar seu engajamento nos esforços de reforço ou reforma da governança do comércio internacional. Muitas propostas estão sobre a mesa, envolvendo desde o *modus operandi* das negociações (como a regra de consenso ou o *single undertaking*) até a ampliação da agenda temática da OMC para a incorporação dos chamados novíssimos temas (mudança climática e segurança alimentar, por exemplo).

Abstraindo os impasses da Rodada Doha e as dúvidas que rondam o seu desfecho, as principais questões no debate sobre o papel dos países emergentes no futuro do multilateralismo comercial são:

1 A composição do painel pode ser encontrada em: [http://www.wto.org/english/forums\\_e/public\\_forum12\\_e/programme\\_e.htm](http://www.wto.org/english/forums_e/public_forum12_e/programme_e.htm)

2 A organização da Força-Tarefa também contou com o apoio da CNI, da Embraer e do IPEA. A versão integral do documento final pode ser encontrada em: [http://www.cindesbrasil.org/site2010/index.php?option=com\\_jdownloads&view=viewcategory&catid=51&Itemid=47](http://www.cindesbrasil.org/site2010/index.php?option=com_jdownloads&view=viewcategory&catid=51&Itemid=47)

## multilateralismo

- Quais são os fatores domésticos e internacionais que atuam como condicionantes das visões dos países emergentes em relação ao futuro do multilateralismo?
- O multilateralismo é considerado relevante e adequado ao enfrentamento dos desafios que os países emergentes enfrentarão nos próximos anos? Qual o papel do regionalismo nas estratégias desses países?
- Que modelo sintetiza as preferências desses países para o sistema multilateral de comércio em um período de tempo mais longo?
- Há espaço para a formação de coalizões entre os países emergentes para formar a construção de um “novo multilateralismo”?

### A visão brasileira: reforço de regras

De acordo com a visão apresentada por Pedro da Motta Veiga, representante brasileiro, que apresentou a síntese do documento “O Brasil, o multilateralismo comercial e a OMC: uma perspectiva de médio prazo”, o multilateralismo tem sido historicamente o foro prioritário para o Brasil em termos de sua agenda de negociações comerciais internacionais. O País não transita facilmente no mundo dos acordos preferenciais.

A visão brasileira foi construída a partir da hipótese de que o Brasil está passando por uma transformação na sua estrutura produtiva e que o cenário mais provável que emergirá de tal transformação inclui: (i) o aumento do peso dos setores intensivos em recursos naturais na estrutura industrial; (ii) a transição da indústria para uma estrutura um pouco menos diversificada, porém mais competitiva; (iii) a consolidação de segmentos do setor de serviços competitivos em nível internacional; e (iv) a continuidade da recente tendência de aumento dos investimentos de empresas brasileiras no exterior.

Também relevante para a definição das estratégias brasileiras é o reconhecimento de que existe uma aspiração nacional por maior participação e reconhecimento nas principais arenas internacionais de negociações de temas econômicos. Para dar consequência a essa aspiração o País terá que assumir crescentes responsabilidades em relação ao sistema multilateral de comércio.

Do ponto de vista dos fatores externos, pelo menos três fatores devem ser levados em consideração:

- A acessão de dois grandes países emergentes à OMC (China e Rússia), que produziu uma substancial mudança no equilíbrio de forças no sistema multilateral de comércio;
- O crescimento do número de acordos preferenciais de comércio, que pode gerar a erosão relativa das condições de acesso a mercados para as exportações brasileiras em relação àquelas dos países participantes desses acordos;
- O surgimento de novos desafios globais, não diretamente associados às questões comerciais, mas com importantes efeitos sobre elas (mudanças climáticas, segurança alimentar, segurança energética, entre outros).

Em qualquer cenário e qualquer que seja a orientação política que exerça papel dominante na definição da agenda brasileira, o multilateralismo tenderá a manter-se como o foro prioritário para negociações comerciais. As principais características do multilateralismo que interessa o Brasil são: (i) a consolidação e aperfeiçoamento das regras existentes; e (ii) a incorporação de novos temas à agenda da OMC.

A capacidade das negociações multilaterais para gerar resultados em termos de redução de barreiras tarifárias tem sido drasticamente reduzida. Ao mesmo tempo, os fluxos de comércio têm sido crescentemente distorcidos por barreiras não tarifárias e outros instrumentos de políticas domésticas. Novas iniciativas de liberalização tarifária devem ficar em segundo plano no âmbito multilateral, mas podem ser perseguidas nos foros regionais e bilaterais.

Três elementos devem ser prioritariamente levados em conta para definir não só a agenda temática do Brasil na OMC, em uma perspectiva de médio prazo, mas também os principais objetivos do País na negociação em cada um dos temas da agenda de negociações:

## ● multilateralismo

### a) A importância econômica e política que o multilateralismo tem e continuará a ter para a estratégia internacional do Brasil.

Há uma série de temas da agenda e de objetivos de negociação que são relevantes do ponto de vista do fortalecimento do multilateralismo, do aumento da eficácia dos seus mecanismos de funcionamento e decisão e da recuperação de sua legitimidade como instância de negociação e cooperação. O Brasil precisa fortalecer seu compromisso com o multilateralismo como instância de governança global e sua agenda deve traduzir este objetivo.

Os temas da agenda que estão vinculados a esse elemento são regras para acordos preferenciais, sistema de solução de controvérsias e acordos plurilaterais na OMC.

### b) As transformações globais em curso e, em especial, a profunda mudança que a emergência da China introduz na convivência entre diferentes modelos de capitalismo.

Neste cenário, a convergência em torno de objetivos e de paradigmas de política nas negociações internacionais torna-se muito mais difícil do que anteriormente, mas é por isso mesmo fundamental que se negociem, na esfera multilateral, regras que mitiguem os riscos de competição desleal – sob novas formas – bem como conflitos e tensões econômicas.

Os temas da agenda que estão vinculados a esse elemento são subsídios industriais, subsídios agrícolas, empresas estatais, medidas não-tarifárias, normas e padrões privados.

### c) A perspectiva de transformação produtiva que se abre para a economia brasileira.

Essa perspectiva traz para a agenda brasileira a possibilidade de flexibilizar posturas defensivas adotadas até hoje em temas como serviços e investimentos, além de tornar palatável para o País a inclusão, na agenda multilateral de comércio, de alguns novos temas, relacionados a desafios globais (o que também é relevante do ponto de vista do fortalecimento do multilateralismo).

Os temas da agenda que estão vinculados a esse elemento são investimentos, serviços, mudanças climáticas e comércio.

## A China se ressentida de discriminação na OMC

Lin Guijun, da *University of International Business and Economics* da China, afirmou que as principais evidências de que a OMC discrimina o país são:

- A criação, pela primeira vez, de um mecanismo de salvaguardas especiais para bens manufaturados;
- A imposição do *status* de economia não de Mercado para o país;
- O grande número de medidas *antidumping* e compensatórias impostas contra a China;
- A introdução de um mecanismo de revisão após oito anos da acessão.

De acordo com o especialista chinês, embora a expressiva expansão das exportações chinesas tenha ocorrido após a entrada do país na OMC, esse desempenho não pode ser explicado pela redução das barreiras aos produtos chineses no âmbito multilateral. O principal fator por trás dessa expansão é a participação chinesa na especialização vertical global.

Os principais interesses da China na OMC são:

- Um sistema cambial relativamente estável que proteja os ativos estrangeiros e reduza a incerteza no comércio causada por flutuações cambiais imprevisíveis;
- A garantia de acesso a mercados dos países da OCDE;
- A melhoria das condições de acesso aos mercados dos países em desenvolvimento;

## ● multilateralismo

- O desenvolvimento de uma nova abordagem para as disciplinas *antidumping* e de salvaguardas;
- A garantia do dinamismo das cadeias de valor sem interrupções;
- O aprofundamento da abertura de seu mercado para investidores estrangeiros.

Para o Prof. Guijun, o regionalismo não é capaz de proteger os interesses fundamentais da China. As exportações do país são muito diversificadas geograficamente, o que significa que a melhoria das condições de acesso aos mercados globais é do interesse do país. Os acordos regionais não podem ser uma alternativa, mas apenas um complemento para o multilateralismo.

As principais prioridades da China em termos de sua agenda doméstica são a expansão da demanda interna e o *upgrading* de suas indústrias. Os objetivos são de mover-se ao longo das cadeias globais de valor – melhorando seus padrões de produção, substituindo os intensivos em trabalhos pelos intensivos em conhecimento, capacitação e capital – e desenvolver uma nova geração de produtos de exportação.

De acordo com essa visão, a China teria algumas contrapartidas a oferecer em uma negociação multilateral de comércio. O país poderia se comprometer com uma liberalização mais profunda do comércio de bens e produtos agrícolas, mas também de serviços. A China tem elevadíssimas reservas internacionais, que devem ser despendidas em importações. É preciso elevar o consumo doméstico para eliminar o superávit comercial.

## A Turquia aposta no regionalismo

Ümit Özlale, pesquisador da *Economic Policy Research Foundation of Turkey*, mostrou que a entrada do país na união aduaneira da União Europeia estimulou o crescimento da participação das exportações de produtos manufaturados no total das exportações do país, mas também no total exportado para a UE. Apesar disso, o país tem poucos produtos dinâmicos entre as suas exportações.

A crise econômica internacional e a lenta recuperação dos mercados europeus têm afetado muito negativamente a Turquia. A diversificação das exportações para os países do Oriente Médio e do Norte da África foi a primeira reação do país à crise. Essa estratégia contribuiu para o desempenho das exportações turcas no primeiro ano da crise. Mas a Europa ainda é o maior mercado de destino das vendas externas da Turquia, representando 46% das exportações totais.

Tem havido um crescimento no número de acordos regionais dos quais a Turquia passou a participar. Entre eles destacam-se, além da UE, a EFTA e acordos com Egito, Albânia, Macedônia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Geórgia, Israel, Montenegro, Marrocos, Palestina, Síria e Tunísia.

Há várias razões para o crescimento da relevância do regionalismo e a queda do multilateralismo na agenda turca:

- Problemas nas negociações;
- Maior capacidade de barganha nos acordos regionais;
- Maior acesso a mercados;
- Barreiras ao comércio nos acordos regionais e bilaterais, que são reduzidas mais rapidamente e em maior profundidade.

Mas há o risco de que a Turquia perca espaço nos acordos regionais. O fato de o país participar da união aduaneira da União Europeia mas não fazer parte dos acordos externos que o bloco negocia com outros países/blocos representa um risco para a Turquia. A UE tem sido muito ativa na negociação de novos acordos e isso significa erosão de preferências para os produtos turcos no mercado europeu. Isso funciona como um choque externo negativo.

## ● multilateralismo

Embora a Turquia tenha sido bem-sucedida na diversificação de suas exportações, a UE continua a ser a prioridade para o país, tanto pela contribuição que o bloco dá à sofisticação das exportações turcas quanto por motivos políticos. Para o especialista, o aprofundamento das relações com os países do Oriente Médio e do Norte da África pode contribuir para diversificar as exportações. Mas essa não é uma solução de longo prazo, particularmente por causa do menor valor agregado nas vendas para a região, do tamanho do mercado e das incertezas que envolvem o futuro da região.

## A África do Sul como porta-voz das demandas africanas na OMC

Na visão da África do Sul, apresentada por Catherine Grant, do *South African Institute of International Affairs* – SAIIA, a OMC ocupa o lugar central na política comercial do país, mas há uma percepção de que ainda existem muitas desigualdades e desequilíbrios que prejudicam os objetivos de desenvolvimento dos países da região. A África do Sul procura atuar nas negociações multilaterais defendendo os interesses do continente africano como um todo.

Do ponto de vista do país é importante que a OMC aprimore a transparência, o diálogo social e a participação dos *stakeholders* no sistema.

Em termos de conteúdo, a agenda do país para a OMC inclui:

- *Policy space* para implementar políticas domésticas destinadas a fomentar o desenvolvimento econômico doméstico;
- A melhoria das condições de acesso a mercados para produtos agrícolas e o reforço de regras;
- Posturas defensivas nas áreas de investimentos e serviços.

Outros temas relevantes que afetam as visões sul-africanas em relação ao multilateralismo comercial são:

- Mudanças climáticas e seus impactos no comércio. Essa é uma questão muito relevante, não apenas em função dos impactos das políticas dos países desenvolvidos voltadas para a mitigação de emissões nas condições para acesso a mercados dos produtos africanos, mas também pelos efeitos do aquecimento global sobre as condições de produção em muitos países do continente;
- Acesso e participação nas cadeias globais de valor;
- Impactos ideológicos na agenda comercial: as posições do país são muito sensíveis às preferências políticas do governo;
- Falta de confiança entre governo e setor privado. Há uma disjuntiva que prejudica a construção de uma agenda nacional.

## Índia: em busca de preservar o “*policy space*”

De acordo com Bipul Chatterjee, da *Consumer Unity and Trust Society* – CUTS *International*, os principais desafios da Índia são:

- Promover o crescimento econômico;
- Reduzir a pobreza;
- Promover a proteção ambiental e evitar os efeitos negativos das mudanças climáticas.

Esses desafios demandam um crescimento significativo da produtividade, e por sua vez requer a preservação de *policy space* para que o governo dê incentivos ao setor industrial.

## ● multilateralismo

A abertura da Índia ao comércio internacional está crescendo, mas ainda há muitas dúvidas no país sobre seus impactos na criação de empregos e na participação de pequenas e médias empresas, que deveriam ser os principais objetivos da política comercial. A crise afetou negativamente o comércio exterior indiano.

Em termos dos novos temas, as relações entre mudanças climáticas e comércio são muito sensíveis para a Índia. Há dúvidas no país sobre qual deveria ser a melhor abordagem para incorporar esse tema na agenda da OMC.

Outra questão muito importante para a Índia é o tema da segurança alimentar. Há a preocupação de que no longo prazo a Índia se torne um país importador líquido de alimentos e essa tendência é vista com muita preocupação em termos da segurança do país.

## Algumas conclusões do debate

A comparação entre as visões e prioridades nacionais dos países emergentes para o sistema multilateral de comércio permite chegar a algumas conclusões:

- Nos cinco países analisados há percepções de que, apesar do bom desempenho econômico da década, permanecem fragilidades e problemas de competitividade que podem prejudicar seu desempenho futuro. Em todos eles há demandas para implementação de políticas domésticas voltadas para o aumento da produtividade e para o *upgrading* de sua participação nas cadeias globais de valor.
- Essas demandas indicam que haverá uma concorrência de políticas domésticas de apoio à produção, particularmente se houver ampliação do *policy space* nas regras da OMC.
- Com exceção da China, em todos os países há preocupação com questões relacionadas à redução no grau de diversificação da estrutura produtiva.
- Há mais concorrência que complementaridade entre as estruturas produtivas dos cinco países, e a maioria deles sofre forte concorrência dos produtos chineses nos mercados externos e em seus próprios mercados. Isso torna muito difícil a consolidação de uma coalizão entre esses países para construir uma proposta conjunta para o reforço do sistema multilateral de comércio.
- Com exceção da Turquia, o multilateralismo é a principal prioridade na agenda de comércio desses países. Mas, em geral, as visões nacionais apontam para reformas incrementais na agenda da OMC.

● conjuntura

## Saldo Comercial

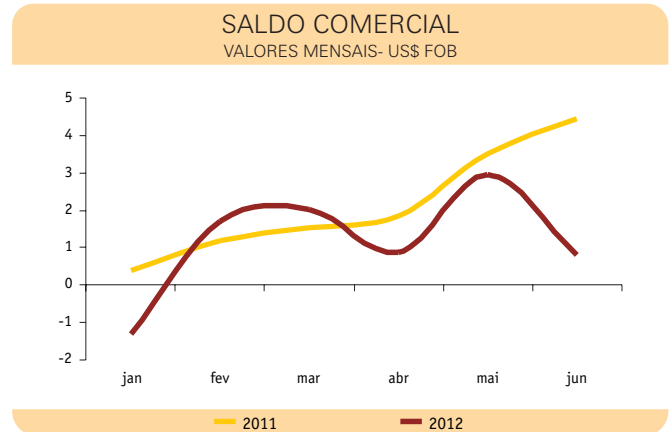
O saldo acumulado dos seis primeiros meses de 2012 exibiu queda substancial em relação ao mesmo período do ano anterior, da ordem de 45,5%. O superávit brasileiro passou de US\$ 13,0 bilhões para apenas US\$ 7,1 bilhões. O resultado continua sendo muito influenciado pela queda dos preços de importantes *commodities* exportadas pelo Brasil, especialmente do minério de ferro.

## Exportações e Importações

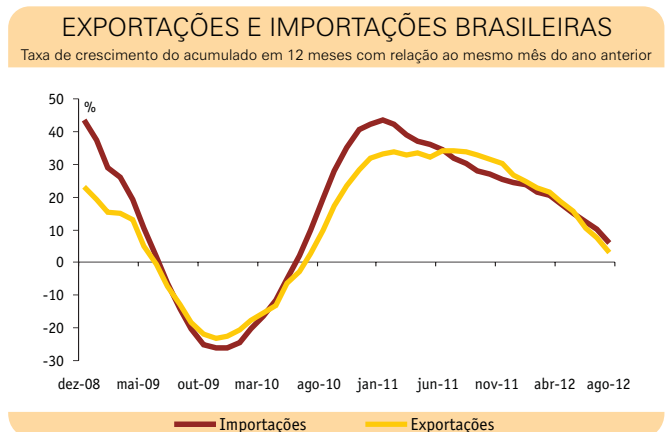
No período acumulado nos últimos 12 meses, as exportações totais do Brasil registraram crescimento de 10,4% contra alta acumulada das importações de 12,3%. Os meses subsequentes ao primeiro semestre de 2012 confirmam a tendência de expansão muito tímida das importações, mas, principalmente, das exportações, que vem acompanhando a estagnação do crescimento mundial do comércio.

## Preços e Volume das Exportações

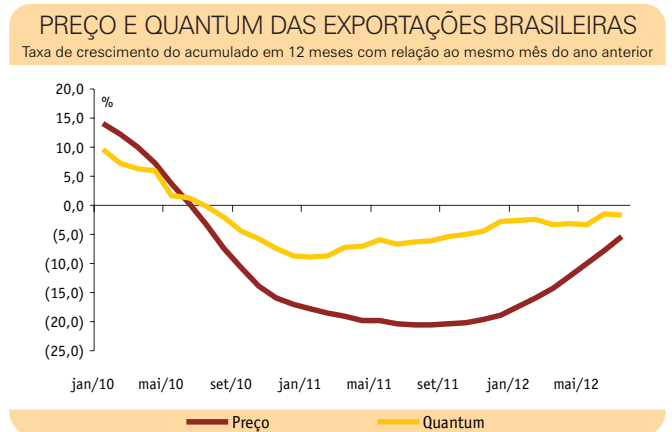
Os índices que refletem volume e preços de exportação registraram queda no período de 12 meses acumulado a partir de junho, na comparação com o ano anterior. Apesar disso, a tendência de queda emite sinais de que pode ser interrompida nos próximos meses.



Fonte: FUNCEX



Fonte: FUNCEX



Fonte: FUNCEX



conjuntura

## Exportações e Importações por setor

As exportações brasileiras de bens básicos, grande destaque da pauta nos últimos anos, apresentaram queda (-0,6%) nos primeiros seis meses de 2012, assim como os bens semimanufaturados, com redução ainda mais forte (-5,8%).

Com queda um pouco menor, encontram-se as exportações de bens manufaturados, que diminuíram (-0,2%). Como as importações deste tipo de bem elevaram-se em 7,5% no período, o déficit em manufaturas aprofundou-se em 15,5%, quase US\$ 50 bilhões.

## Exportações brasileiras por destino

As vendas brasileiras para Argentina (-15,3%) e Alemanha (-18,7%) destacam-se como as principais quedas no primeiro semestre de 2012.

Em contrapartida, o Brasil elevou suas vendas a outros parceiros importantes, caso dos Estados Unidos, alta de 17,4%, China, elevação de 5,6% e Países Baixos, cuja expansão registrada foi de 5,9%.

## Taxa de câmbio real

O índice de taxa de câmbio real do Brasil continua apresentando desvalorização em relação a igual período do ano anterior e beneficiando a rentabilidade dos exportadores do Brasil. A desvalorização em relação ao dólar foi mais acentuada, nos primeiros seis meses do ano, de 12,0%, enquanto a desvalorização comparada à cesta de 13 moedas foi de 10,4%.

### COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

| Discriminação / Fluxos | Total brasileiro |              | US\$ milhões FOB<br>Variação Em % |
|------------------------|------------------|--------------|-----------------------------------|
|                        | Jan-Set 2012     | Jan-Set 2011 |                                   |
| <b>EXPORTAÇÕES</b>     |                  |              |                                   |
| Básicos                | 56,2             | 55,8         | -0,6%                             |
| Semimanufaturados      | 16,2             | 15,2         | -5,8%                             |
| Manufaturados          | 43,4             | 43,3         | -0,2%                             |
| <b>IMPORTAÇÕES</b>     |                  |              |                                   |
| Básicos                | 16,3             | 15,0         | -7,8%                             |
| Semimanufaturados      | 4,4              | 4,1          | -6,0%                             |
| Manufaturados          | 84,7             | 91,0         | 7,5%                              |
| <b>SALDO COMERCIAL</b> |                  |              |                                   |
| Básicos                | 39,9             | 40,8         | 2,3%                              |
| Semimanufaturados      | 11,8             | 11,1         | -5,7%                             |
| Manufaturados          | -41,3            | -47,7        | 15,5%                             |

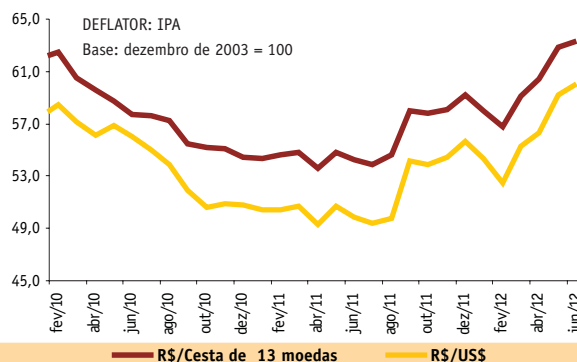
Fonte: Funcex, com base em dados da Secex/MDIC.

### EXPORTAÇÕES TOTAIS - PRINCIPAIS DESTINOS

|                | Jan-Jun 11   | Jan-Jun 12   | Var.         |
|----------------|--------------|--------------|--------------|
| China          | 20,0         | 21,2         | 5,6%         |
| Estados Unidos | 11,7         | 13,7         | 17,4%        |
| Argentina      | 10,4         | 8,8          | -15,3%       |
| Países Baixos  | 6,6          | 7,0          | 5,9%         |
| Alemanha       | 4,4          | 3,6          | -18,7%       |
| Japão          | 4,1          | 3,6          | -13,0%       |
| Itália         | 2,7          | 2,4          | -11,2%       |
| Índia          | 1,2          | 2,4          | 97,9%        |
| Venezuela      | 1,8          | 2,4          | 31,8%        |
| Chile          | 2,7          | 2,2          | -18,6%       |
| <b>Demais</b>  | <b>118,3</b> | <b>117,2</b> | <b>100,0</b> |

### ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO REAL

CESTA DE 13 MOEDAS e ESTADOS UNIDOS



Fonte: FUNCEX

# QUANTIFICANDO AS PERDAS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

As exportações brasileiras de bens manufaturados tiveram desempenho ruim após a eclosão da crise financeira. Basta lembrar que o valor total das vendas ao exterior deste setor alcançado em 2008 ainda não foi recuperado e, provavelmente, também não será reconquistado no fim de 2012.

A contração econômica das nações desenvolvidas, especialmente dos Estados Unidos – parceiro com o qual o Brasil possuía um grande volume de comércio intrafirma –, certamente teve sua parcela de contribuição para este cenário adverso. Entretanto, o declínio da importância das exportações brasileiras nas compras de muitos países da América Latina é indício de perda global da competitividade da indústria brasileira e da fragilidade do modelo de crescimento brasileiro no período pós-crise.

Este artigo busca analisar, justamente, a evolução das exportações brasileiras na região latino-americana *vis-à-vis* seus principais competidores, a saber, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, México e União Europeia.

Em relação aos mercados-alvo da análise, este estudo considerou ao todo os dados de importação de nove economias, formadas pelo México e por mais oito países da América do Sul (todos exceto Guiana, Suriname e Uruguai, por ausência de estatísticas atualizadas).

Os resultados finais apresentados na sequência consistem na comparação da participação, entre os anos de 2008 e 2011, das vendas de Brasil, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, México e União Europeia no total das importações realizadas pelos nove países da América Latina mencionados. Além disso, foram calculados também os principais setores perdedores.

## RESULTADOS AGREGADOS

Dentre os exportadores analisados, o Brasil foi aquele que exibiu o pior desempenho nas vendas para a América Latina no período pós-crise, reduzindo sua participação em todos os nove países observados. Em situação inteiramente oposta, a China foi a principal ganhadora, expandindo sua fatia de participação de seus produtos nas importações de todos os países da região após 2008.

Estados Unidos e México também exibiram alta na participação nas importações da maior parte dos mercados-alvo. Para os dois países, ocorreram quedas de participação em apenas duas das nove economias analisadas, sendo elas Argentina e Colômbia, para as vendas estadunidenses, e de Peru e Venezuela para o caso das exportações mexicanas.

Coreia do Sul e União Europeia também aumentaram suas fatias de mercado na maioria dos países selecionados da América Latina entre os anos de 2008 e 2011. Ambos reduziram as participações em apenas três dos nove destinos. A Coreia do Sul ganhou em todos, exceto no Chile, México e Venezuela, ao passo que o bloco europeu perdeu valor relativo nas importações de México, Peru e Venezuela.

## comércio e competitividade

### PARTICIPAÇÃO COMPARADA DAS IMPORTAÇÕES DE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

| País destino | BRASIL |       |             | CHINA |       |             | EUA   |       |             |
|--------------|--------|-------|-------------|-------|-------|-------------|-------|-------|-------------|
|              | 2008   | 2011  | Dif. (P.P.) | 2008  | 2011  | Dif. (P.P.) | 2008  | 2011  | Dif. (P.P.) |
| Argentina    | 31,3%  | 28,4% | -2,9        | 12,4% | 15,6% | 3,2         | 12,1% | 10,7% | -1,4        |
| Bolívia      | 18,4%  | 18,1% | -0,3        | 8,3%  | 12,3% | 4,0         | 10,5% | 11,3% | 0,8         |
| Chile        | 8,8%   | 8,3%  | -0,5        | 13,6% | 16,9% | 3,3         | 19,2% | 20,2% | 1,0         |
| Colômbia     | 5,9%   | 5,0%  | -0,9        | 11,5% | 15,0% | 3,5         | 29,2% | 25,0% | -4,2        |
| Equador      | 5,0%   | 3,9%  | -1,1        | 9,0%  | 13,7% | 4,7         | 20,0% | 21,2% | 1,2         |
| México       | 1,7%   | 1,3%  | -0,4        | 11,2% | 14,9% | 3,7         | 49,2% | 49,8% | 0,6         |
| Paraguai     | 26,9%  | 26,3% | -0,6        | 27,4% | 29,6% | 2,2         | 4,5%  | 5,3%  | 0,8         |
| Peru         | 8,1%   | 6,4%  | -1,7        | 13,6% | 16,7% | 3,1         | 18,9% | 19,7% | 0,8         |
| Venezuela    | 9,0%   | 8,6%  | -0,4        | 9,5%  | 12,0% | 2,5         | 26,7% | 27,9% | 1,2         |

### PARTICIPAÇÃO COMPARADA DAS IMPORTAÇÕES DE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

| País destino | Coreia do Sul |      |             | União Europeia |       |             | México |       |             |
|--------------|---------------|------|-------------|----------------|-------|-------------|--------|-------|-------------|
|              | 2008          | 2011 | Dif. (P.P.) | 2008           | 2011  | Dif. (P.P.) | 2008   | 2011  | Dif. (P.P.) |
| Argentina    | 1,6%          | 2,0% | 0,4         | 13,1%          | 13,4% | 0,3         | 2,8%   | 3,4%  | 0,6         |
| Bolívia      | 0,6%          | 0,9% | 0,3         | 6,9%           | 7,4%  | 0,5         | 2,2%   | 2,4%  | 0,2         |
| Chile        | 5,4%          | 3,6% | -1,8        | 9,9%           | 11,7% | 1,8         | 3,0%   | 3,4%  | 0,4         |
| Colômbia     | 2,3%          | 2,3% | 0           | 10,9%          | 11,8% | 0,9         | 7,9%   | 11,1% | 3,2         |
| Equador      | 3,6%          | 3,9% | 0,3         | 6,4%           | 7,6%  | 1,2         | 3,5%   | 4,4%  | 0,9         |
| México       | 4,4%          | 3,9% | -0,5        | 9,8%           | 8,5%  | -1,3        |        |       |             |
| Paraguai     | 1,3%          | 1,8% | 0,5         | 4,3%           | 5,0%  | 0,7         | 0,8%   | 1,5%  | 0,7         |
| Peru         | 2,6%          | 4,0% | 1,4         | 10,0%          | 8,8%  | -1,2        | 3,9%   | 3,7%  | -0,2        |
| Venezuela    | 1,2%          | 0,8% | -0,4        | 9,9%           | 8,7%  | -1,2        | 4,6%   | 4,1%  | -0,5        |

\*União Europeia não conta com os dados de Áustria, Malta, Holanda e Espanha.

## GANHADORES E PERDEDORES

O cenário amplamente desfavorável ao Brasil chama ainda mais a atenção se levarmos em consideração o fato de que a maior perda relativa das exportações do País (em 2,9 pontos percentuais – p.p.) ocorreu no mercado argentino, principal parceiro da região e membro do MERCOSUL. O Brasil teve perdas em outro membro do bloco regional, o Paraguai, porém a diferença de participação de mercado foi de apenas 0,6 p.p.

O Peru foi o segundo destino de maior perda relativa de participação nas importações, totalizando redução de 1,6 p.p., na comparação dos anos de 2008 e 2011. No caso peruano, é importante notar que no período o país exibiu as maiores taxas de crescimento econômico da América do Sul, média de 6,6% (FMI, Data Mapper) e representou excelentes oportunidades – não aproveitadas – para ampliação das vendas brasileiras ao país. Outro ponto importante foi que o Peru também celebrou acordos de comércio com Estados Unidos, União Europeia e China<sup>3</sup>, fato que pode ter contribuído para a perda de importância relativa do Brasil como fornecedor ao país.

3 Segundo o banco de dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), o acordo entre Peru e Estados Unidos entrou em vigor em fevereiro de 2009 e com a China em março de 2010. Além disso, foi celebrado também acordo com a União Europeia, porém após 2011, ano em que termina essa análise.

## ● comércio e competitividade

O México é outro mercado que merece destaque. O país é o segundo destino mais relevante das exportações brasileiras de bens industrializados na América Latina e, embora não tenha tido perda de participação relativa tão elevada – saiu de 1,7% para 1,3% (0,4 p.p.) –, representou importante prejuízo em dólares, ou perda de oportunidade, aos exportadores brasileiros.

Nos mercados em que houve perda relativa de mercado e que as exportações brasileiras possuem alto valor, os chineses foram aqueles que mais cresceram. Nas importações argentinas, a expansão da China foi de 3,2 p.p., seguida de longe pelos mexicanos e sul-coreanos com 0,6 p.p. e 0,4 p.p. de aumento respectivamente. Nas compras mexicanas, a China expandiu em 3,7 p.p. e os Estados Unidos em 0,6 p.p. Por fim, o caso peruano mantém o mesmo padrão, com alta chinesa de 3,1 p.p., seguida da Coreia do Sul (1,4 p.p.) e dos Estados Unidos, com alta mais tímida (0,8 p.p.).

## PERDAS EM DÓLARES

O presente estudo também estimou, por meio da metodologia denominada *market-share* constante<sup>4</sup>, as perdas do Brasil em valores monetários. Isto é, foi quantificado, em dólares, o que o País exportaria caso tivesse mantido o mesmo patamar relativo nas importações em cada um dos nove países da América Latina analisados.

O resultado final demonstrou que o Brasil deixou de incrementar às suas exportações, para a totalidade desses países, o montante de US\$ 5,5 bilhões no ano de 2011 em relação ao ano de 2008.

As perdas estiveram muito concentradas em termos de países. Do total, 76,3% representaram exportações que deixaram de ser realizadas para três países: Argentina (US\$ 2,2 bilhões), cuja perda de participação foi a maior de todas; México (US\$ 1,3 bilhão), com pequena perda de participação, porém muito representativa em dólares; e Peru (US\$ 613,7 milhões), segunda maior perda de participação relativa dentre os mercados-alvo analisados. Outros destinos importantes foram para a Colômbia e Chile, que somaram juntos 15,8%, respectivamente US\$ 469,0 milhões e US\$ 398,5 milhões.

| TOTAL DAS PERDAS POR PAÍSES |              |       |
|-----------------------------|--------------|-------|
|                             | US\$ milhões | Part. |
| Argentina                   | -2.239,9     | 40,8% |
| México                      | -1.330,9     | 24,3% |
| Peru                        | -613,7       | 11,2% |
| Colômbia                    | -469,0       | 8,5%  |
| Chile                       | -398,5       | 7,3%  |
| Equador                     | -202,2       | 3,7%  |
| Venezuela                   | -139,0       | 2,5%  |
| Paraguai                    | -70,3        | 1,3%  |
| Bolívia                     | -23,4        | 0,4%  |
| TOTAL                       | -5.486,9     | 100%  |

4 Conforme metodologia em LEAMER, E.; STERN, R. M. Constant Market Share Analysis of Export Growth. In: Quantitative International Economics.

● comércio e competitividade

## RESULTADOS SETORIAIS

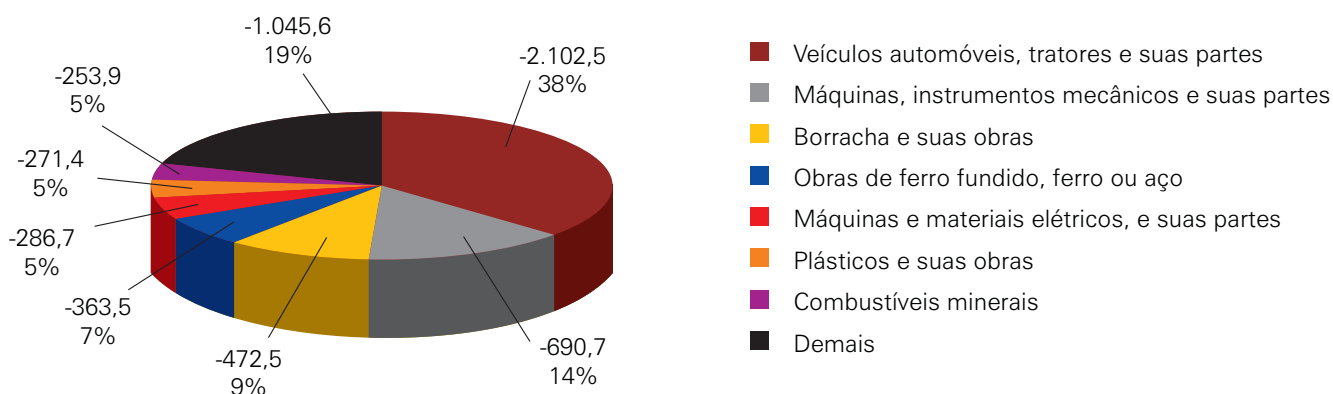
O valor das perdas potenciais de exportação em termos setoriais mostrou-se também muito concentrado, tendo como grande protagonista o setor de veículos automóveis e suas partes, que sozinho respondeu por 38,3% das perdas em dólares e cuja queda ocorreu em oito dos nove países da amostra.

O setor de máquinas e aparelhos mecânicos também exibiu perdas elevadas, respondendo por 12,6% do total. Dentre os principais produtos do setor estão aqueles relacionados também à cadeia automotiva, como os motores a diesel ou semi-diesel, com quedas importantes das exportações para Argentina e México. Sobressaem ainda neste setor outros produtos não relacionados aos veículos, como é o caso das perdas em vendas de máquinas escavadoras e carregadoras, principalmente direcionadas ao Chile e Peru.

O terceiro setor com perdas muito pronunciadas foi o de borracha e suas obras, responsável por 8,6% do total. O principal produto neste caso foram os pneus novos de borracha, também parte integrante da cadeia de automóveis. Novamente o México aparece como um dos principais destinos em que ocorreram as quedas, assim como o Chile.

Por fim, vale ainda chamar a atenção para dois outros setores perdedores: obras de ferro fundido, ferro e aço (6,6% do total) e as máquinas, aparelhos e materiais elétricos (5,2% do total). No primeiro caso, os tubos circulares de ferro e aço, especialmente aqueles destinados à Colômbia, puxaram a queda, enquanto que no segundo caso destacam-se os aparelhos transmissores para radiotelefonias direcionados principalmente à Venezuela.

COMPOSIÇÃO SETORIAL DAS PERDAS EM EXPORTAÇÕES (US\$ MILHÕES)



PRINCIPAIS PERDAS EM EXPORTAÇÕES POR SUBSETORES

| Subsetor (SH 4 dígitos)                                  | País da perda | Part. 2008 | Part. 2011 | Diferença em p.p. |
|--|---------------|------------|------------|-------------------|
| Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis   | Argentina     | 67,4%      | 62,7%      | -4,7              |
| Outros tubos de ferro ou aço                             | Colômbia      | 80,6%      | 0,0%       | -80,6             |
| Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis   | México        | 8,0%       | 5,3%       | -2,7              |
| Motores de pistão a diesel ou semi-diesel                | México        | 8,5%       | 3,0%       | -5,5              |
| Pneumáticos novos de borracha                            | México        | 10,7%      | 3,6%       | -7,1              |
| Partes e acessórios dos veículos automóveis              | México        | 2,8%       | 1,8%       | -1,0              |
| Óleos brutos de petróleo                                 | Peru          | 10,1%      | 5,4%       | -4,7              |
| Polímeros de etileno em formas primárias                 | Argentina     | 74,3%      | 49,9%      | -24,4             |
| Aparelhos emissores (transmissores) para radiotelefonias | Venezuela     | 18,4%      | 2,3%       | -16,1             |

## comércio e competitividade

| Subsetor (SH 4 dígitos)                                | País da perda | Part. 2008 | Part. 2011 | Diferença em p.p. |
|--|---------------|------------|------------|-------------------|
| Motores de pistão a diesel ou semi-diesel              | Argentina     | 71,1%      | 52,2%      | -18,9             |
| Veículos para o transporte de dez pessoas ou mais      | Peru          | 59,9%      | 25,1%      | -34,8             |
| Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis | Chile         | 4,2%       | 0,9%       | -3,3              |
| Leite e nata   | Venezuela     | 29,9%      | 0,7%       | -29,2             |
| Carnes bovina congeladas                               | Venezuela     | 78,4%      | 24,5%      | -53,9             |
| Veículos para o transporte de dez pessoas ou mais      | Chile         | 73,6%      | 55,3%      | -18,4             |

### A PARCERIA TRANS-PACÍFICO (TRANS-PACIFIC PARTNERSHIP – TPP)

É comum o argumento de que a eclosão da crise internacional em 2008 inibiu qualquer iniciativa ambiciosa dos países em celebrar acordos de livre comércio. No caso brasileiro, essa afirmativa parece verdadeira, mas não é o caso de ao menos três países da América Latina que estão, há algum tempo, engajados em uma ampla negociação denominada Parceria Econômica e Estratégica Trans-Pacífica (TPP, em inglês).

A parceria foi concebida inicialmente em 2003 por Cingapura, Nova Zelândia e Chile. Junto com Brunei, os países iniciaram as negociações e formaram o P-4, que em 2006 celebrou um Tratado de Cooperação Econômica e de Comércio (TECA, em inglês).

Em 2008, os Estados Unidos se juntaram ao grupo de países, que passou a contar nos anos seguintes com outros altamente desenvolvidos, como Canadá, Austrália; com países de renda média, como México, Malásia; e outros emergentes como Peru e Vietnã. Até o momento, as negociações contam com três países da América Latina (Chile, Peru e México) e os Estados Unidos desejam ainda a inclusão de Colômbia e Costa Rica. Na Ásia, Japão e Coreia do Sul já abriram consultas para participarem.

O número elevado de economias importantes no acordo chama a atenção. Porém, a grande ambição do acordo encontra-se no escopo e escala da liberalização, pois, além do acesso a mercados com redução das barreiras tarifárias e não tarifárias em bens industriais e agrícolas, o acordo prevê regular temas que ainda não são cobertos pela Organização Mundial do Comércio (OMC), como empresas estatais, comércio eletrônico, meio ambiente e cadeias de valor, bem como avanços substanciais na regulação da propriedade intelectual. Por esse motivo, o TPP tem sido chamado de “agenda do século XXI” ou “de alto padrão”<sup>\*</sup>.

**O TPP e o Brasil** - Mesmo os mais simples dos tratados de livre comércio têm despertado pouco ou nenhum interesse em grande parte dos setores empresariais do Brasil. A principal razão apontada é a escalada dos custos de produção e comercialização do País, que estagnaram o nível de competitividade do produto industrial e das exportações manufatureiras.

Enquanto define e implementa sua agenda de competitividade, o Brasil deixa de celebrar ou aprofundar acordos comerciais com parceiros importantes da América Latina, que, por sua vez, engajam-se em negociações com outras economias de grande porte.

Em que pese a maior complexidade do parque industrial brasileiro em relação a Chile e Peru, que dificulta negociações comerciais, a não celebração de acordos – em conjunto com dificuldades competitivas – tem gerado perdas relativas às vendas do Brasil na região.

<sup>\*</sup> Termos utilizados no documento do Congresso Norte-Americano, denominado “The Trans Pacific Negotiations and Issues for Congress”, de setembro de 2012.

## ● negociações internacionais

# COMÉRCIO EXTERIOR COMO RESPOSTA À CRISE ECONÔMICA: UE QUER ASSINAR MAIS ACORDOS DE LIVRE COMÉRCIO, INCLUSIVE COM O MERCOSUL

Para superar a crise econômica e dinamizar os resultados ainda não alcançados pela rodada de negociações multilaterais Doha, a União Europeia (UE) adotou como estratégia o fomento do comércio exterior por meio de acordos de livre comércio. A UE sinaliza que está determinada a negociar bilateralmente maior acesso a mercados, aumentando assim o fluxo de comércio e a criação de empregos.

Em 2011, a UE firmou um ambicioso acordo com a Coreia do Sul, e, este ano, um Acordo de Associação com os seis países da América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá), e mais Colômbia e Peru. No que tange aos países da Ásia-Caribe-Pacífico (ACP), assinou Parcerias Econômicas com 20 dos 79 componentes do bloco, estando em processo de negociação com os outros 59. Embora as exportações da ACP já tenham acesso preferencial aos mercados europeus nos últimos 30 anos, a UE renova o diálogo comercial com esses países por meio de Parcerias Econômicas, que incluem capítulos de suporte técnico e treinamento, além de transferência e fortalecimento de serviços públicos. No momento, além do Mercosul, os europeus negociam acordos de livre comércio com Canadá, Cingapura, Malásia, Ucrânia, Vietnã, Índia, Moldávia, Armênia e Geórgia, prevendo-se para breve o início das negociações com o Japão.

O Brasil recebeu destaque na estratégia da Comissão pelo potencial que representa. Com a conclusão das negociações do Acordo de Associação UE-Mercosul, relançadas recentemente, a UE deseja dinamizar a relação comercial com o País.

A Comissão Europeia enfatizou o dinamismo de países como Brasil, Rússia e China, defendendo que a natureza do comércio internacional está mudando. Apesar de notar

**A UE sinaliza que está determinada a negociar bilateralmente maior acesso a mercados, aumentando assim o fluxo de comércio e a criação de empregos**

que a participação da indústria da UE permanece no mesmo patamar com a crise, a Comissão manifesta preocupação pela perda de espaço de produtos de alta tecnologia.

A abordagem da UE mostrou ter consonância no governo brasileiro. Durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, realizada em Nova York neste mês de setembro, a presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, e o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, falaram favoravelmente sobre o

acordo. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antônio Patriota, afirmou que "há o interesse em aumentar o comércio, examinar a integração maior das cadeias produtivas".

As negociações entre os dois blocos econômicos foram reabertas em 2010. Já foram realizadas oito rodadas e a próxima está marcada para o fim de outubro, em Brasília. Contudo, ainda não estão previstas trocas de ofertas tarifárias.

Em 2011, o bloco sul-americano contabilizou um fluxo de comércio em torno de 97 bilhões de euros, segundo dados do Eurostat. O Brasil figurou em nona posição entre os parceiros comerciais da UE, com fluxo de comércio bilateral de cerca de 73 bilhões de euros. A Argentina ficou no 32º lugar e a Venezuela no 47º.

A Comissão Europeia, braço executivo da UE, estima que, se toda essa agenda em curso estivesse implementada hoje, cerca da metade das transações da UE estaria coberta por acordos de livre comércio. A tarifa média dos direitos aplicáveis às exportações seria reduzida em cerca de 50% (para aproximadamente 1,7%), a tarifa média dos direitos de importação diminuiria em quase um quinto (para 1,3%) e o Produto Interno Bruto (PIB) cresceria em 0,5%.

O bloco europeu ainda lidera o comércio global de bens e serviços à frente dos Estados Unidos e da China. De

## ● negociações internacionais

acordo com o World Trade Report de 2011, da Organização Mundial do Comércio (OMC), os europeus somaram 15% das exportações totais e 16,5% das importações mundiais de bens. Alcançaram ainda 22% das importações e 25% das exportações globais de serviços.

A estratégia dos europeus para acelerar a assinatura de novos acordos (inclusive com o Mercosul) tem como modelo o acordo firmado com a Coreia do Sul, explicou o comissário responsável pelo comércio, Karel De Gucht. O acordo com os coreanos é apontado como o primeiro de uma nova geração, centrado nos entraves regulamentares aos produtos, serviços e investimentos, nos direitos de propriedade intelectual, compras governamentais, na proteção da inovação, no desenvolvimento sustentável e em outras questões importantes.

Em aplicação desde julho de 2011, o acordo com a Coreia é visto como o mais completo até agora concluído pela UE. O acordo prevê desgravação tarifária para 98,7% do valor das exportações em cinco anos.

Durante uma conferência sobre as relações do Brasil com a UE, realizada neste ano em Bruxelas, Karel De Gucht reforçou mais uma vez que o bloco europeu “está criando uma ampla rede de acordos de livre comércio, a começar pela Coreia do Sul e a continuar em todo o mundo. Ficar fora desse quadro, portanto, não significa manter o *status quo*. Pelo contrário, significa um aumento gradual da intensidade da concorrência enfrentada no mercado europeu”.

## ● lembretes

### PAÍSES DA APEC ASSUMEM COMPROMISSO DE LIBERALIZAÇÃO TARIFÁRIA PARA BENS AMBIENTAIS

No 20º encontro dos líderes econômicos da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC, sigla em inglês), em Vladivostok, no início de setembro, os países membros do bloco assumiram compromisso para reduzir as tarifas intra-bloco de 54 bens considerados ambientais. O compromisso, embora não vinculante, busca reduzir para 5% ou menos, até 2015, as tarifas de uma lista de bens que inclui equipamentos utilizados para a geração de energia renováveis e tratamento de água como painéis solares, filtros purificadores e turbinas eólicas. Segundo o representante de comércio estadunidense no encontro, Demetrios Marantis, esse compromisso “permite ao bloco avançar em ambos os objetivos de liberalização do comércio e crescimento verde”.

A APEC representa 40% da população e 44% do comércio mundial e a expectativa, segundo a Pricewaterhouse Coopers, é de que as exportações intra-bloco tripliquem para US\$14,6 trilhões na próxima década.